

ÍNDICE GERAL

Justificação

CAPÍTULO

| | |
|--|----|
| PORTUGAL NOS LIMITES EUROPEUS (1143-1415) | |
| TÍTULO I — <i>De Zamora ao Algarve</i> | 23 |
| 1. <i>Portugal, unidade política</i> | 23 |
| a) O início da história diplomática de Portugal em Zamora | 23 |
| b) O reconhecimento externo baseado nos sucessos militares | 23 |
| c) A Conferência de Zamora (1143) | 24 |
| d) A vassalagem à Igreja | 26 |
| e) O reconhecimento pontifício do reino de Portugal (1179) | 27 |
| f) As confirmações do reconhecimento pontifício e a questão do censo | 28 |
| 2. <i>Equilíbrio peninsular</i> | 28 |
| a) A Reconquista como factor aglutinante | 28 |
| b) As alianças e os casamentos régios na Península | 29 |
| c) A Batalha de Navas de Tolosa e a posição portuguesa no enquadramento peninsular | 32 |
| 3. <i>Presença de Portugal além-Pirenéus</i> | 33 |
| a) Os casamentos régios portugueses no Norte da Europa | 33 |
| b) Os infantes portugueses emigrados | 34 |
| c) Um projecto de aliança com a Inglaterra | 34 |
| 4. <i>Ameaças à sobrevivência política de Portugal</i> | 35 |
| a) As intervenções estrangeiras na guerra civil do século XIII | 35 |
| b) As desinteligências com a Igreja | 36 |
| c) Os aspectos externos da deposição de D. Sancho II e da tomada do Poder pelo infante D. Afonso | 37 |
| 5. <i>Contendas com Castela em relação à margem esquerda do Guadiana e ao Algarve</i> | 39 |
| TÍTULO II — <i>Do Algarve a Ceuta</i> | 41 |
| 1. <i>Fixação das fronteiras portuguesas</i> | 41 |
| a) A pacificação do rei D. Dinis | 41 |
| b) O Tratado de Alcanises | 42 |

| | |
|--|----|
| 2. <i>Base nacional do poder político</i> | 44 |
| a) A nacionalização das ordens militares | 44 |
| b) O beneplácito régio | 46 |
| 3. <i>Política peninsular após a consolidação do Estado nacional português</i> | 46 |
| a) A Batalha do Salado | 46 |
| b) As relações externas e Inês de Castro | 48 |
| c) A diplomacia de D. Pedro I | 49 |
| 4. <i>Política de D. Fernando face à Guerra dos Cem Anos</i> | 49 |
| a) A pretensão de D. Fernando ao trono de Castela | 49 |
| b) A Paz de Alcoutim | 51 |
| c) A Paz de Santarém | 51 |
| d) A nova coligação anglo-portuguesa | 52 |
| e) O Cisma do Ocidente e Portugal | 53 |
| 5. <i>Consolidação da independência nacional</i> | 54 |
| a) O Tratado de Salvaterra de Magos | 54 |
| b) A reacção nacional | 56 |
| c) A Batalha de Aljubarrota, base da política externa portuguesa | 58 |
| d) O Tratado de Windsor de 1386 | 59 |
| e) A aliança com o duque de Lencastre | 60 |
| f) A paz com Castela | 61 |
| TÍTULO III — <i>A debilidade geográfica da independência portuguesa no século</i> XIV | 63 |
| 1. <i>Razão da conquista de Ceuta</i> | 63 |
| 2. <i>Frustrada colonização das Canárias</i> | 65 |
| 3. <i>Assentamento da política marroquina de Portugal</i> | 67 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| EXPANSÃO DE PORTUGAL NO MUNDO E SUA NEUTRALIDADE NA EUROPA (1415-1580) | 79 |
| TÍTULO I — <i>As últimas tentativas de expansão europeia: Toro e a política</i> <i>peninsular de D. João II e de D. Manuel</i> | |
| 1. <i>Política externa alternativa de D. Afonso V</i> | 81 |
| a) As causas e as consequências externas de Alfarrobeira | 81 |
| b) As pretensões de D. Afonso V à coroa de Castela | |
| 2. <i>Política peninsular de D. João II e de D. Manuel</i> | 87 |
| a) A política peninsular de casamentos | 87 |
| b) A política peninsular e a expansão ultramarina | 88 |
| TÍTULO II — <i>A presença de Portugal em quatro continentes</i> | 89 |
| 1. <i>Base diplomática da expansão ultramarina portuguesa</i> | 89 |
| a) A expansão ultramarina portuguesa como instrumento da comunidade internacional | 89 |
| b) A expansão ultramarina portuguesa e a Santa Sé | 91 |
| c) A expansão ultramarina portuguesa e a Espanha | 93 |

| | |
|--|-----|
| 2. <i>Acção diplomática portuguesa no Ultramar</i> | 95 |
| a) <i>A acção diplomática em Marrocos</i> | 95 |
| b) <i>A acção diplomática na Guiné, no Congo e na Etiópia</i> | 96 |
| c) <i>A acção diplomática no Índico</i> | 97 |
| d) <i>A acção diplomática desde a Pérsia ao Japão</i> | 98 |
| e) <i>A questão das Molucas</i> | 100 |
| f) <i>A insuficiência dos conhecimentos sobre a acção diplomática exercida localmente quanto ao Ultramar</i> | 101 |
| TÍTULO III — <i>A neutralidade na Europa como condicionante da expansão ultramarina</i> | 103 |
| 1. <i>Neutralidade portuguesa de D. João II a D. João III</i> | 103 |
| 2. <i>política externa de D. Sebastião</i> | 104 |
| a) <i>Da regência de D. Catarina ao triunfo dos católicos em França</i> | 104 |
| b) <i>Os projectos de casamento de D. Sebastião</i> | 107 |
| c) <i>O enquadramento externo de Alcácer Quibir</i> | 109 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|-----|
| QUEBRA DA INDIVIDUALIDADE PORTUGUESA NO PLANO INTERNACIONAL (1580-1640) | 119 |
| TÍTULO I — <i>A união com a Espanha e as relações internacionais</i> | 121 |
| 1. <i>Política externa mitigada do período filipino</i> | 121 |
| 2. <i>Política de D. António Prior do Crato em relação às potências estrangeiras</i> .. | 123 |
| TÍTULO II — <i>O arrastamento para as querelas europeias e o enfraquecimento das posições ultramarinas</i> | 125 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--|-----|
| RECUPERAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE PORTUGUESA A NÍVEL INTERNACIONAL (1640-1668) | 133 |
| TÍTULO I — <i>A complexidade da política externa da Restauração</i> | 135 |
| 1. <i>A Europa na primeira metade do século XVII</i> | 135 |
| a) <i>As guerras de religião e a Guerra dos Trinta Anos</i> | 135 |
| b) <i>As posições relativas das potências europeias em 1640</i> | 137 |
| 2. <i>Coordenadas da diplomacia da Restauração</i> | 140 |
| 3. <i>Debilidade do apoio francês</i> | 141 |
| 4. <i>Diplomacia da Restauração e Holanda</i> | 145 |
| 5. <i>Diplomacia da Restauração e Estados escandinavos</i> | 148 |
| 6. <i>Santa Sé face à Restauração</i> | 149 |
| 7. <i>De novo a aliança inglesa</i> | 151 |

| | |
|---|-----|
| TÍTULO I — <i>O ajustamento de posições e a continuidade portuguesa</i> | 157 |
| 1. <i>Situação mundial em 1668</i> | 157 |
| 2. <i>Limitações da continuidade portuguesa</i> | 158 |

CAPÍTULO V

| | |
|---|-----|
| CONTINUIDADE E ADAPTAÇÃO DE PORTUGAL FACE AO NOVO ENQUADRAMENTO EXTERNO (1668-1815) | 171 |
| TÍTULO I — <i>O desenvolvimento do Brasil como base da nova política externa portuguesa</i> | 173 |
| 1. <i>Relevo do Brasil em fins do século XVII</i> | 173 |
| a) <i>O relevo político, social e económico do Brasil</i> | 173 |
| b) <i>A «guerra do açúcar»</i> | 173 |
| c) <i>O ouro e os diamantes do Brasil</i> | 174 |
| 2. <i>Participação colectiva nas riquezas do Brasil</i> | 175 |
| TÍTULO II — <i>O envolvimento de Portugal nas contendas europeias</i> | 177 |
| 1. <i>Portugal e a Guerra da Sucessão de Espanha</i> | 177 |
| 2. <i>Paz de Utreque</i> | 180 |
| TÍTULO III — <i>A tentativa joanina de uma política externa autónoma</i> | 183 |
| 1. <i>Relativa independência da política externa portuguesa</i> | 183 |
| 2. <i>Criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros</i> | 184 |
| 3. <i>Relações com a Santa Sé</i> | 185 |
| 4. <i>Política joanina nos quadros europeus</i> | 187 |
| a) <i>A desconfiança das protecções estrangeiras e ambição de viver em paz</i> .. | 187 |
| b) <i>O entendimento com a Espanha</i> | 188 |
| c) <i>A sucessão da Polónia</i> | 189 |
| d) <i>A guerra da sucessão do Império</i> | 190 |
| e) <i>A mediação de Portugal nas contendas da Europa</i> | 191 |
| 5. <i>Tratado de Limites de 1750</i> | 192 |
| 6. <i>Relativa frustração da política externa joanina</i> | 195 |
| TÍTULO IV — <i>A diplomacia josefina</i> | 197 |
| 1. <i>Caracterização da diplomacia josefina</i> | 197 |
| 2. <i>Ofensiva diplomática antijesuítica</i> | 198 |
| 3. <i>Portugal envolvido na Guerra dos Sete Anos</i> | 200 |
| 4. <i>Ainda os limites na América: Santo Ildefonso e Pardo</i> | 201 |
| 5. <i>Projecto português sobre precedências diplomáticas</i> | 203 |
| TÍTULO V — <i>A Revolução Francesa e Portugal</i> | 205 |
| 1. <i>Orientação geral da política externa de D. Maria I</i> | |

| | |
|--|-----|
| 2. <i>Reformas de D. Maria interrompidas pela Revolução Francesa</i> | 206 |
| a) As origens externas da Revolução Francesa | 206 |
| b) Reacções internacionais anti-revolucionárias | 207 |
| c) A posição portuguesa face à Revolução | 209 |
| 3. <i>Guerra do Rossilhão</i> | 212 |
| 4. <i>Dificuldades em conseguir a paz com a França</i> | 214 |
| a) As negociações com o Directório | 214 |
| b) A «guerra das laranjas» e os tratados de Badajoz | 215 |
| 5. <i>Paz precária</i> | 216 |
| a) As embaixadas de Lannes e Junot | 216 |
| b) A missão de Lord Rosslyn | 218 |
| c) O Bloqueio Continental | 218 |
| d) O tratado franco-espanhol de Fontainebleau | 219 |
| 6. <i>Partida para o Brasil</i> | 220 |
| 7. <i>Da ocupação franco-espanhola ao Congresso de Viena</i> | 221 |
| a) A resistência anti-francesa em Espanha e em Portugal | 221 |
| b) A Convenção de Sintra | 221 |
| c) O esforço de guerra português | 222 |
| d) A paz de 1814 | 225 |
| 8. <i>Portugal no Congresso de Viena</i> | 227 |
| a) O ambiente do Congresso de Viena | 227 |
| b) A posição portuguesa no Congresso de Viena | 229 |

CAPÍTULO VI

| | |
|---|-----|
| POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO (1808-1820) | 299 |
| TÍTULO I — <i>As perspectivas portuguesas entre 1807 e 1815</i> | 301 |
| TÍTULO II — <i>A dependência da Inglaterra e a abertura do Brasil ao comércio britânico</i> | 305 |
| 1. <i>Dependência política da Inglaterra</i> | 305 |
| 2. <i>Abertura do Brasil ao comércio britânico</i> | 306 |
| TÍTULO III — <i>A declaração de guerra à França e a conquista da Guiana</i> | 309 |
| TÍTULO IV — <i>A política portuguesa quanto à América Espanhola</i> | 311 |
| 1. <i>Situação da América Espanhola</i> | 311 |
| 2. <i>Direitos de D. Carlota Joaquina e posições portuguesas</i> | 312 |
| 3. <i>Ocupação da margem esquerda do rio da Prata e Estado Cisplatino</i> | 313 |
| a) A anarquia na zona do rio da Prata | 313 |
| b) A administração portuguesa de Montevidéu | 314 |
| TÍTULO V — <i>As coordenadas diplomáticas da corte do Rio de Janeiro entre 1815 e 1820</i> | 317 |

| | |
|---|-----|
| 1. <i>Entendimento com a Espanha</i> | 317 |
| 2. <i>Ligação a Viena</i> | 319 |
| 3. <i>Novas perspectivas portuguesas no plano internacional</i> | 319 |
| 4. <i>Movimentos revolucionários de 1817 a 1820; suas ligações externas</i> | 320 |

CAPÍTULO VII

SECESSÃO BRASILEIRA E GUERRA CIVIL INTERNACIONALIZADA (1820-1834)

| | |
|---|-----|
| TÍTULO I — <i>O Brasil, as Cortes e o regresso do rei</i> | 337 |
| 1. <i>Conjura internacional e alternativas de defesa na Europa e na América</i> | 337 |
| a) <i>O regresso de D. João VI</i> | 337 |
| b) <i>A política temporizadora e as expectativas de conservação do Reino Unido de Portugal e Brasil</i> | 338 |
| 2. <i>Coordenação da diplomacia pelas Cortes vintistas</i> | 339 |
| a) <i>As precipitações das Cortes</i> | 339 |
| b) <i>A renúncia das Cortes à acção diplomática</i> | 340 |
| 3. <i>Ameaças de secessão brasileira e reacções das Cortes</i> | 342 |
| 4. <i>Inevitabilidade da secessão brasileira face aos condicionalismos internos</i> | 342 |
| 5. <i>Atitudes das potências frente à secessão brasileira</i> | 343 |
| 6. <i>Reconhecimento do Império Brasileiro</i> | 345 |
| TÍTULO II — <i>A Santa Aliança e as revoluções portuguesas</i> | 349 |
| 1. <i>Santa Aliança e «cem mil filhos de S. Luís»</i> | 349 |
| a) <i>Os propósitos da Santa Aliança</i> | 349 |
| b) <i>As intervenções da Santa Aliança na Itália e em Espanha</i> | 350 |
| 2. <i>Vila-Francada, Abrilada e intervenções dos diplomatas estrangeiros</i> | 351 |
| a) <i>A aceitação internacional da Vila-Francada</i> | 351 |
| b) <i>As reacções internacionais adversas à Abrilada</i> | 352 |
| 3. <i>Tentativas constitucionais e interferências externas</i> | 354 |
| a) <i>As interferências externas de 1823 a 1826</i> | 354 |
| 4. <i>Dependências externas do miguelismo</i> | 355 |
| a) <i>A Santa Aliança e as Cortes de 1828</i> | 355 |
| b) <i>O reconhecimento de D. Miguel pelos Estados Unidos, pela Espanha e pela Santa Sé</i> | 357 |
| 5. <i>Dependências financeiras internacionais da emigração liberal</i> | 359 |
| a) <i>As dificuldades financeiras da causa liberal</i> | 359 |
| b) <i>Os empréstimos contraídos no estrangeiro pelos liberais</i> | 360 |
| c) <i>O custo financeiro dos apoios externos à causa liberal</i> | 361 |
| 6. <i>Auxílios estrangeiros aos contendores da guerra civil no ocaso da Santa Aliança</i> | 361 |
| a) <i>Os apoios limitados da França e da Inglaterra a partir de 1830</i> | 361 |

| | |
|--|-----|
| b) Os projectos de reconhecimento de D. Miguel pela França e pela Inglaterra | 362 |
| c) As indecisões internacionais quanto à contenda portuguesa até 1834 | 363 |
| 7. <i>Crise política espanhola e Quádrupla Aliança</i> | 365 |
| a) Os alvares das guerras carlistas | 365 |
| b) A intervenção anglo-franco-espanhola em Portugal | 366 |

CAPÍTULO VIII

| | |
|--|-----|
| REGIME LIBERAL PORTUGUÊS SOB PROTECÇÃO EXTERNA (1834-1853) | 411 |
| TÍTULO I — <i>Os casamentos da rainha</i> | 413 |
| 1. <i>Condicionalismo político dos casamentos de D. Maria II</i> | 413 |
| 2. <i>Negociação do segundo casamento da rainha</i> | 414 |
| TÍTULO II — <i>Alguns incidentes diplomáticos no rescaldo da guerra civil</i> | 415 |
| 1. <i>Incidente com a corte de Turim</i> | 415 |
| 2. <i>Incidentes com a Espanha</i> | 415 |
| 3. <i>Hostilidades britânicas</i> | 416 |
| 4. <i>Ruptura com a Santa Sé</i> | 417 |
| a) As origens do conflito | 417 |
| b) O restabelecimento das relações com Roma | 419 |
| TÍTULO III — <i>A renovação das intervenções estrangeiras</i> | 421 |
| 1. « <i>Setembrismo</i> », <i>Belenzada e intervenções estrangeiras</i> | 421 |
| a) A reacção da Inglaterra e da Bélgica contra o «setembrismo» | 421 |
| b) As transigências do «setembrismo» face às imposições estranhas | 422 |
| 2. « <i>Revolta dos marechais</i> » <i>apoiada pelos diplomatas estrangeiros</i> | 423 |
| 3. <i>Fim do «setembrismo» e exigências inglesas</i> | 424 |
| 4. <i>Maria da Fonte, Patuleia e intervenções das potências</i> | 426 |
| a) De novo a guerra civil | 426 |
| b) As intervenções militares estrangeiras e a Convenção de Gramido | 427 |
| c) O rei Carlos Alberto exilado no Porto | 428 |

CAPÍTULO IX

| | |
|--|-----|
| PERSPECTIVAS INCERTAS DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (1853-1884) | 445 |
| TÍTULO I — <i>O novo contexto europeu e a «questão do Oriente»</i> | 447 |
| 1. <i>Luta pelos despojos otomanos na Europa</i> | 447 |
| 2. <i>Guerra da Crimeia</i> | 448 |

| | |
|--|-----|
| TÍTULO II — <i>O enquadramento externo português e D. Pedro V</i> | 449 |
| 1. <i>Influência dos modelos estrangeiros</i> | 449 |
| 2. <i>Correspondência com o príncipe Alberto de Inglaterra</i> | 450 |
| 3. <i>Dúvidas quanto às coordenadas da política externa</i> | 451 |
| 4. <i>Plano de união ibérica através de D. Pedro V</i> | 452 |
| 5. <i>Casamento do rei na Casa de Hohenzollern-Sigmaringen</i> | 453 |
| 6. <i>Irmãs da Caridade e barca Charles et Georges</i> | 453 |
| a) <i>A questão das Irmãs da Caridade</i> | 453 |
| b) <i>O pretenso escravagismo português e o conflito Charles et Georges</i> | 454 |
| 7. <i>Reconhecimento do reino de Itália por Portugal</i> | 457 |
| 8. <i>Tentativas de ocupação efectiva dos territórios portugueses de África</i> | 458 |
| TÍTULO III — <i>A sobrevivência portuguesa e os grandes blocos políticos</i> | 461 |
| 1. <i>Casamento do rei D. Luís na Itália</i> | 461 |
| 2. <i>Missionários anglicanos substituindo em África os missionários católicos</i> | 462 |
| 3. <i>Candidaturas do rei D. Fernando aos tronos da Grécia e de Espanha</i> | 464 |
| 4. <i>Posição portuguesa face ao Concílio Vaticano I</i> | 466 |
| 5. <i>Guerra Franco-Prussiana, queda de Roma e Portugal</i> | 466 |
| a) <i>O sentido das unificações alemã e italiana</i> | 466 |
| b) <i>A coincidência do triunfo prussiano e da queda de Roma</i> | 467 |
| c) <i>As ameaças para Portugal dos grandes espaços políticos e de uma aliança franco-espanhola</i> | 468 |
| d) <i>A «questão romana» e os diplomatas portugueses</i> | 469 |
| e) <i>As reacções portuguesas face à queda de Roma</i> | 470 |

CAPÍTULO X

| | |
|--|-----|
| PARTILHA DE ÁFRICA E DIPLOMACIA PORTUGUESA (1884-1910) | 493 |
| TÍTULO I — <i>A posição portuguesa em África antes da Conferência de Berlim</i> | 495 |
| 1. <i>Abandono relativo dos territórios ultramarinos portugueses no século XIX</i> | 495 |
| a) <i>O alheamento metropolitano do Ultramar</i> | 495 |
| b) <i>O ambiente do Ultramar português</i> | 496 |
| c) <i>As hesitações sobre o destino do Ultramar português</i> | 496 |
| 2. <i>Decisões arbitrais favoráveis a Portugal quanto a territórios africanos</i> | 498 |
| TÍTULO II — <i>A Conferência de Berlim e as reacções portuguesas</i> | 501 |
| 1. <i>Razões internacionais da corrida das potências a África</i> | 501 |
| 2. <i>Império Alemão e corrida a África</i> | 502 |
| 3. <i>Conferência de Berlim</i> | 503 |
| 4. <i>Mapa Cor-de-Rosa</i> | 505 |

| | |
|---|-----|
| 5. <i>Ultimatum inglês de 1890</i> | 507 |
| TÍTULO III — <i>A diplomacia portuguesa de 1890 a 1910</i> | 511 |
| 1. <i>Nova fase da política externa portuguesa</i> | 511 |
| 2. <i>Projectos de partilha do Ultramar português entre a Inglaterra e a Alemanha</i> | 512 |
| 3. <i>Influência da guerra hispano-americana em Portugal</i> | 513 |
| 4. <i>Portugal e a Guerra Anglo-Bóer</i> | 515 |
| 5. <i>Enquadramento internacional no começo do século XIX</i> | 517 |
| a) Os interesses e forças em presença | 517 |
| b) Do Tratado de San Stefano de 1878 aos conflitos balcânicos do século XX | 518 |
| c) A Guerra Russo-Japonesa | 518 |
| d) A <i>Entente Cordiale</i> e a Conferência de Algeciras | 519 |
| 6. <i>Tentativas de equilíbrio português através da instabilidade internacional</i> | 520 |
| a) As viagens régias no reinado de D. Carlos | 520 |
| b) O incidente de Guanabara e o projecto de visita real ao Brasil | 522 |
| c) O sentido da política externa portuguesa na previsão de um grande conflito mundial | 525 |

CONCLUSÃO

| | |
|---|-----|
| COORDENADAS DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DE PORTUGAL | 545 |
| Bibliografia | 557 |
| Índice remissivo | 585 |
| Índice dos extratextos | 603 |